

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARIQUEMES

Termo de Referência 195/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG

195/2026 450522-PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARIQUEMES

Editado por

Atualizado em

Status

DISPONIBILIZADO

SCARLETT IANARA AYRES MOURA 04/05/2026 14:46 (v 0.5)

Outras informações

Categoria

Número da Contratação

Processo Administrativo

II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo

10246/2026

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de Preço para Eventual e Futura Aquisição de Materiais Médicos Hospitalares e Soluções para Hemodiálise, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde por um período de 12 (doze) meses, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Aspirador Para Rede De Gases Aplicação: Ar Comprimido Tipo Venturi Tipo Frasco: Frasco De Vidro Graduado Volume: Cerca De 500 ML Tipo Uso: Esterilizável Adicionais: Tampa De Rosca E Sistema Antitransbordamento (Bóia De Segurança), Botão de Regulagem de Aspiração Conexões: Com Conectores	459170	Unidade	25	R\$ 124,44	R\$ 3.111,00
2	Bolsa Pressórica Para Infusão Sob Pressão Aplicação: Equipamento De Uso Hospitalar, Reutilizável E De Alta Durabilidade, Projetado Para Infusão Rápida De Soluções E Monitorização De Pressão Arterial Invasiva (PAI) Material: Nylon Ou Poliuretano Transparente Tipo: Indicador De Pressão C/ Manômetro de Precisão Com Escala Colorida Indicando Pressão (0 A 300 mmHg) Tipo Fechamento: C/ Trava De Segurança Capacidade: Capacidade De Armazenar Bolsa Infusão Até 500 ML Componentes: Manguito Interno Inflável; Pêra De Insuflação Em Látex Ou Silicone; Válvula	443019	Unidade	10	R\$ 256,53	R\$ 2.565,30

	De Metal Para Controle de Retenção E Liberação De Ar; Alça Reforçada Para Fixação Em Suporte De Soro E Gancho Interno Para Sustentação Da Bolsa De Solução Características Adicionais: O Produto Deve Ser De Fácil Limpeza E Desinfecção, Apresentando Acabamento Que Evite O Acúmulo De Sujidades. Identificação Externa Com Marca, Lote, Procedência E Número De Registro Ativo Na ANVISA					
3	Cateter Central Aplicação: Venoso / Arterial Tipo Implante: Umbilical Matéria Prima: Poliuretano Radiopaco Diâmetro: Cerca 3,5 Fr Vias: Mono Lúmen Comprimento: Cerca 30-40 Cm Marcas Centimétricas Dos 4 Aos 25 CM Conector: Conectores Padrão, Clamp Em Todas Vias E Tampas Tipo Uso: Estéril, Descartável, Embalagem Individual	448700	Unidade	60	R\$ 36,83	R\$ 2.209,80
4	Cateter Central Aplicação: Venoso Matéria Prima: Poliuretano Radiopaco Diâmetro: Cerca 7 Fr Vias: Duplo Lúmen Lúmen: 14 A 18 GAU Comprimento: Cerca 20 CM Conector: Conectores Padrão Componente: Kit Introdutor Completo Componente II: Revestido C/ Antimicrobiano /Antifúngico Tipo Uso: Estéril, Descartável, Embalagem Individual Utilizado Para Monitorar A Pressão Venosa, Obter Amostras De Sangue E Administração De Medicamentos Fluidos	465679	Unidade	750	R\$ 95,49	R\$ 71.617,50
5	Coletor De Amostra Biológica Aplicação: P/ Urina Infantil Unissex Material: Polímero Maleável Transparente, Graduado A Cada 10 ML Volume: Cerca De 100 ML Esterilidade: Estéril, Uso Único	619195	Unidade	6000	R\$ 0,77	R\$ 4.620,00
6	Coletor De Amostra Biológica Modelo: Saco Aplicação: P/ Urina Material: Polímero Maleável Transparente, Graduado De 100 Em 100 ML Volume: Cerca De 2000 ML Fechamento: C/ Cordão De Fechamento Esterilidade: Não Estéril, Uso Único	619176	Unidade	40000	R\$ 0,55	R\$ 22.000,00
	Componente Reanimador Manual Tipo: Válvula De Segurança - Pop Off 40-60 Cmh2o Material: Policarbonato Ou Polisulfona,					

7	Transparente, Resistente Tamanhos: Adulto Compatibilidade: Conexões Padrão Universal (Conforme ISO 5356-1) Para Máscaras E Tubos Endotraqueais (22mm Externo / 15mm Interno) Padrão Universal Tipo Uso: Reutilizável, Lavável E Autoclavável Adicionais: Sistema Unidirecional Com Diafragma Em Silicone Tipo Bico De Pato, Registro ANVISA	621714	Unidade	50	R\$ 216,40	R\$ 10.820,00
8	Conjunto Procedimento Médico Aplicação: P/ Anestesia E Analgesia Composição Básica: C/ No Mínimo: Agulha Ponta Lápis de Alto Fluxo, 18G X 3 1/2", 27G X 4 11/16" Componentes: Agulha Com Dispositivo De Trava Que Permite Segura Fixação Da Agulha Raquidiana Em Qualquer Extensão (0-15mm) Além Da Ponta Distal Da Agulha Peridural. Seringa, Epilor Em Plástico Para Técnica De Perda De Resistência Com Baixo Atrito, Permitindo Fácil Identificação Do Espaço Peridural Outros Componentes: Sistema De Trava Permite Giro De 360° Da Agulha Mesmo Durante Fixação Do Mecanismo. Sistema De Travas De Fácil Manuseio Que Proporciona Estabilidade Durante O Procedimento, Permitindo Total Controle Esterilidade: Estéril, Uso Único Embalagem: Embalagem Individual	626563	Unidade	50	R\$ 460,60	R\$ 23.030,00
9	Curativo / Cobertura Aplicação: P/ Ferida Aspecto Físico: Membrana Composição: Camada Interna À Base De Celulose (CMC - Carboximetilcelulose) E Camada Externa De Filme Poliuretano Dimensão: Cerca De 15 X 20 Cm Esterilidade: Estéril	485105	Unidade	1000	R\$ 83,94	R\$ 83.940,00
10	Curativo / Cobertura Aplicação: P/ Ferida Aspecto Físico: Placa Composição: À Base De Hidrocolóide Componente 1: C/ Película Pu / Polietileno Componente 2: C/ Alginato Dimensão: Cerca De 10 X 10 CM Esterilidade: Estéril	484812	Unidade	1000	R\$ 22,26	R\$ 22.260,00
11	Curativo / Cobertura Aplicação: P/ Ferida Aspecto Físico: Placa Composição: À Base De Hidrocolóide Componente 1: C/ Película Pu / Polietileno Componente 2: C/ Alginato Dimensão: Cerca De 15 X 15 CM Esterilidade: Estéril	484813	Unidade	1000	R\$ 41,10	R\$ 41.100,00

12	Curativo / Cobertura Aplicação: P/ Ferida Aspecto Físico: Placa Composição: À Base De Hidrocolóide Componente 1: C/ Película Pu / Polietileno Dimensão: Cerca De 20 X 20 CM Esterilidade: Estéril	484810	Unidade	1000	R\$ 50,39	R\$ 50.390,00
13	Curativo / Cobertura Aplicação: P/ Ferida Aspecto Físico: Placa Composição: À Base De Hidrocolóide Componente 1: C/ Película Pu / Polietileno Componente 2: C/ Alginato Dimensão: Cerca De 5 X 5 CM Esterilidade: Estéril	484811	Unidade	1000	R\$ 14,18	R\$ 14.180,00
14	Curativo / Cobertura Aplicação: P/ Ferida Aspecto Físico: Placa Composição: Camada Interna À Base De Hidrofibra (CMC Carboximetilcelulose) E Camada Externa De Filme Poliuretano Dimensão: Cerca De 10 X 10 Cm Esterilidade: Estéril	484866	Unidade	1000	R\$ 45,69	R\$ 45.690,00
15	Curativo / Cobertura Aplicação: P/ Ferida Aspecto Físico: Placa Composição: Camada Interna À Base De Hidrofibra (CMC Carboximetilcelulose) E Camada Externa De Filme Poliuretano Dimensão: Cerca De 5 X 5 Cm Esterilidade: Estéril	484865	Unidade	1000	R\$ 39,64	R\$ 39.640,00
16	Dreno Cirúrgico Modelo: De Sucção Aplicação: Drenagem de Secreções Material: Silicone / PVC atóxico Calibre: 10 FRENCH - 3,2 Mm Componente: Introdutor Em Aço Inoxidável Com Ponta Perfurante Componente Adicional: C/ Reservatório Graduado Sanfonado- Pressão Negativa Volume: Cerca De 600 ML Conector Universal: C/ Conector Com 3 Vias Componente I: C/ Válvula Antirrefluxo E Extensor C/ Clamp Componente II: Multiperfurado, Radiopaco Tipo Uso: Esterilizado A Óxido De Etileno E Raio Gama, Descartável Embalagem: Embalagem Individual Com Registro Da Anvisa	464741	Unidade	25	R\$ 59,01	R\$ 1.475,25
	Dreno Cirúrgico Modelo: De Sucção Aplicação: Drenagem de Secreções Material: Silicone / PVC atóxico Calibre: 14 FRENCH - 4,8 Mm Componente: Introdutor Em Aço Inoxidável					

17	Com Ponta Perfurante Componente Adicional: C/ Reservatório Graduado Sanfonado - Pressão Negativa Volume: Cerca De 600 ML Conector Universal: C/ Conector Com 3 Vias Componente I: C/ Válvula Antirrefluxo E Extensor C/ Clamp Componente II: Multiperfurado, Radiopaco Tipo Uso: Esterilizado A Óxido De Etileno E Raio Gama, Descartável Embalagem: Embalagem Individual Com Registro Da Anvisa	464739	Unidade	25	R\$ 56,38	R\$ 1.409,50
18	Equipo Bomba Infusora Tipo: P/ Nutrição Enteral Material: Isento De DEHP, Na Cor Azul Tipo Câmara: Câmara Gotejadora Flexível C/ Filtro De Ar Tipo Gotejador: Macrogotejador Tipo Pinça: Corta Fluxo Tipo Injetor: Injetor Lateral Em "T" Tipo Conector: Conector Escalonado Universal P/ Sonda C/ Tampa Característica Adicional: Adaptador Rosqueado, Lanceta Com Protetor, Compatível Com A Bomba De Infusão Da Marca SAMTRONIC, Modelos ST1000 e ICATU Esterelidade: Estéril, Atóxico, Apirogenico, Descartável Deverá Ser Embalado Em Envelope De Papel Grau Cirúrgico Fechado Por Termo Selagem, Contendo Uma Unidade Esterilizada	610282	Unidade	2500	R\$ 25,59	R\$ 63.975,00
19	Equipo Bomba Infusora Tipo: Solução Parenteral Material: Isento De Pvc, Com Fotoprotetor Tipo Câmara: Câmara Flexível C/ Filtro Ar, Entrada de Ar Tipo Gotejador: Macrogotejador Tipo Pinça: Regulador De Fluxo e Filtro de Linha Tipo Injetor: Injetor Lateral Needlefree, Autocicatrizante, Com Válvula Anti-Refluxo Tipo Conector: Luer Lock Macho Com Protetor Com Filtro de Papel Hidrofóbico Esterelidade: Estéril, Atóxico, Apirogenico, Descartável Característica Adicional: Composto Por Lanceta Com Protetor E Trecho De Silicone Dedicado. Compatível Com A Bomba De Infusão Modelos ST1000 e ICATU - SAMTRONIC EA 0422 0000 Deverá Ser Embalado Em Envelope De Papel Grau Cirúrgico Fechado Por Termo Selagem, Contendo Uma Unidade Esterilizada	610302	Unidade	1000	R\$ 35,00	R\$ 35.000,00
	Equipo Bomba Infusora Tipo: Solução Parenteral Material: Isento De Pvc, Translucido Tipo Câmara: Câmara Flexível C/ Filtro Ar, Entrada de Ar Tipo Gotejador: Macrogotejador					

20	<p>Tipo Pinça: Regulador De Fluxo e Filtro de Linha</p> <p>Tipo Injetor: Injetor Lateral Needlefree, Autocicatrizante, Com Válvula Anti-Refluxo</p> <p>Tipo Conector: Luer Lock Macho Com Protetor Com Filtro de Papel Hidrofóbico</p> <p>Esterilidade: Estéril, Atóxico, Apirogenico, Descartável</p> <p>Característica Adicional: Composto Por Lanceta Com Protetor E Trecho De Silicone Dedicado.</p> <p>Compatível Com A Bomba De Infusão Modelos ST1000 e ICATU - SAMTRONIC /AMISSET EA 0421 0000</p> <p>Deverá Ser Embalado Em Envelope De Papel Grau Cirúrgico Fechado Por Termo Selagem, Contendo Uma Unidade Esterilizada</p>	610294	Unidade	3500	R\$ 29,58	R\$ 103.530,00
21	<p>Equipo De Infusão Venosa Gravitacional Para Administração De Soluções Parenterais</p> <p>Material: Pvc Transparente</p> <p>Câmara Gotejamento: Macrogotas, Flexível, C/ Filtro 15 Micra - De Acordo Com A Norma NBR ISO 8536-4</p> <p>Regulador De Fluxo Manual: Pinça Rolete</p> <p>Comprimento Tubo: Até 180 Cm</p> <p>Tipo Injetor Lateral: Injetor Lateral Slip</p> <p>Conector: Flash Ball</p> <p>Composto De Lanceta Com Ponta Perfurante</p> <p>Esterilidade: Estéril, Uso Único, Atóxico, Apirogênico</p> <p>Tipo Embalagem: Individual</p> <p>Possuir Identificação E Procedência, Tipo De Esterilização E Tempo De Validade</p> <p>Possuir Registro Na ANVISA/M.S.</p>	609453	Unidade	500	R\$ 1,29	R\$ 645,00
22	<p>Filtro Capilar Dialisador De Fibra Oca</p> <p>Material: Membrana Sintética De Polietersulfona E/Ou Polissulfona</p> <p>Permeabilidade: Alto Fluxo Capilar</p> <p>Superfície Corporal: Superfície De 2,0 A 2,1 M2</p> <p>Esterilidade: Estéril, Uso Único</p> <p>Volume De Preenchimento 125 A 130 ML, Coeficiente De Ultrafiltração 80 A 85 ML/H /hmHg, Comprimento Aproximado Do Filtro 290 Mm</p> <p>Características Adicionais: Possui 2 Adaptadores Laterais Com Conector Tipo Hansen Macho E 2 Conectores De Tampa, Sendo Estes, Tipo Luer Lock; Câmara Externa Transparente De Policarbonato Rígido, Acoplamento De Fibras De Poliuretano</p> <p>Embalagem Individual, Apirogênica</p> <p>Etiqueta De Identificação Com Informações De Registro ANVISA, Procedência, Orientação De Uso E Data De Validade</p>	454383	Unidade	625	R\$ 59,62	R\$ 37.262,50
23	<p>Gral</p> <p>Material: Porcelana</p> <p>Capacidade: Cerca De 60 ML</p> <p>Diâmetro: Cerca De 8 Cm</p> <p>Acessórios: Com Pistilo De Porcelana</p>	408957	Unidade	6	R\$ 43,64	R\$ 261,84

24	<p>Luva Para Procedimento Não Cirúrgico C/ Anvisa</p> <p>Material: Látex Natural Íntegro E Uniforme</p> <p>Tamanho: Médio</p> <p>Características Adicionais: Lubrificada Com Pó Bioabsorvível, Descartável</p> <p>Apresentação: Atóxica</p> <p>Tipo: Ambidestra</p> <p>Tipo Uso: Descartável</p> <p>Modelo: Formato Anatômico</p> <p>Finalidade: Resistente À Tração</p> <p>Caixa 100 Unidade</p>	619841	Caixa	10000	R\$ 30,83	R\$ 308.300,00
25	<p>Material Especial Cardiovascular</p> <p>Aplicação: P/ Monitorização Pressão Arterial Invasiva (PAI)</p> <p>Componente 1: 2 Transdutores Com Microchip De Alta Sensibilidade E Estabilidade Térmica, Pré-Calibrado Para Garantir A Fidedignidade Das Ondas Hemodinâmicas Em Monitores Multiparamétricos, E Com Dispositivo De Lavagem Contínua (Flush) De Fluxo Cerca 3 MI/H Sob Pressão De 300 mmHg Permitindo Acionamento Para Lavagem Rápida Do Sistema</p> <p>Componente 2: Linha Com Equipo E No Mínimo Duas Torneiras De Três Vias Do Tipo Luer-Lock Com Protetores E Identificadores De Cor</p> <p>Componente 3: Sensor</p> <p>Adicionais: 2 Extensores Em Material Biocompatível De Alta Pressão, Com Rigidez Adequada Para Evitar O Amortecimento Da Curva De Pressão, E</p> <p>Tamanho: Mínimo De 150 Cm</p> <p>Esterilidade: Sistema Fechado, Estéril, Apirogênico, Descartável E De Uso Único, Livre De Látex. A Embalagem Deve Ser Individual, Em Grau Cirúrgico, Constando Externamente Os Dados De Identificação, Procedência, Número De Lote, Data De Fabricação, Validade E O Número De Registro Ativo Na ANVISA.</p> <p>Compatibilidade: O Conector Do Transdutor Deve Apresentar Total Compatibilidade Mecânica E Eletrônica Com Os Cabos De Interface Dos Monitores Instalados Na Unidade, É Indispensável Que A Licitante Vencedora Garanta A Compatibilidade Dos Conectores Com O Parque Tecnológico Da Instituição Com O Monitor General Meditech MODELO-G3G.</p>	478698	Kit	50	R\$ 120,86	R\$ 6.043,00
26	<p>Reservatório P/ Coleta De Amostra Biológica</p> <p>Modelo: Sistema Aberto</p> <p>Aplicação: P/ Urina Infantil Masculino</p> <p>Material: Polímero Maleável Transparente, Graduado</p> <p>Volume: Cerca De 100 MI</p> <p>Componente: C/ Adesivo De Fixação No Paciente</p> <p>Esterilidade: Estéril, Uso Único</p>	619195	Unidade	3000	R\$ 0,59	R\$ 1.770,00

27	Solução Para Hemodiálise Componentes: Solução Ácida De Polieletrólito Aplicação: Hemodiálise Diluição 1:44 Galão 5 Litros	442566	Galão	1000	R\$ 22,99	R\$ 22.990,00
28	Solução Para Hemodiálise Componentes: Bicarbonato De Sódio A 8,4% Componentes Adicionais: Fração Básica Forma Farmacêutica: Solução Estéril E Apirogênica Galão 5 Litro	613067	Galão	1000	R\$ 22,39	R\$ 22.390,00
29	Torneirinha Vias: 3 Vias Material: Polímero Tipo Conector: Luer Lock / Slip Pressão Máxima: Até Cerca De 100 Psi Tipo Uso: Estéril, Uso Único	457481	Unidade	10000	R\$ 1,53	R\$ 15.300,00

- 1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 19.361, de 21 de setembro de 2022.
- 1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da Publicação no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. As especificações do(s) produto(s), está em conformidade com catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança.

Dos órgãos participantes

- 1.6. São órgãos participantes deste Registro de Preços:
- Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme detalhamento a seguir:

Plano de Contratações Anual - PCA, conforme Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal 14.133/21, com o Número da contratação: 72/2026, Nº DFD: 174/2025, data estimada para o início do processo de contratação em 02/02/2026, e data estimada para a conclusão do processo de contratação em 30/04/2026.

Da metodologia de cálculo para estimativa das quantidades

- 2.3. A metodologia de cálculo para estimativa das quantidades encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;

4.1.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.1.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

4.1.3.1 Não serão aceitos materiais/produtos que tenham sido violados da embalagem/lacres de fábrica ou já utilizados, mesmo após quaisquer processos de acondicionamento, e ainda os que se apresentarem fora das embalagens originais de seus fabricantes.

4.1.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substance), tais como: mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (Vi)), cádmio (Cd) bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) .

4.1.5 Adoção de práticas que contribuam para a redução de impactos ambientais relacionados ao descarte de resíduos provenientes de serviços de saúde.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. Na presente contratação, de forma geral, não se admite a indicação de marcas ou modelos específicos, sendo as especificações técnicas elaboradas com base em características de desempenho, qualidade e funcionalidade, permitindo ampla competitividade entre os fornecedores.

4.3 Contudo, para determinados itens, faz-se necessária a indicação de marca ou modelo como referência de compatibilidade, tendo em vista que os insumos serão utilizados em equipamentos médicos específicos já pertencentes ao patrimônio da rede municipal de saúde, cujas características técnicas exigem materiais compatíveis para seu correto funcionamento.

4.4 Dessa forma, a exigência de compatibilidade aplica-se aos seguintes itens:

- Item 18: Compatível Com A Bomba De Infusão Da Marca SAMTRONIC, Modelos ST1000 e ICATU;
- Item 19: Compatível Com A Bomba De Infusão Modelos ST1000 e ICATU - SAMTRONIC EA 0422 0000;
- Item 20: Compatível Com A Bomba De Infusão Modelos ST1000 e ICATU - SAMTRONIC/AMISSET EA 0421 0000;
- Item 25: Compatível Com O Monitor General Meditech MODELO-G3G

4.5 Ressalta-se que a referência aos equipamentos existentes visa assegurar o perfeito funcionamento dos aparelhos, a qualidade dos registros diagnósticos e a segurança dos procedimentos realizados, sendo admitido o fornecimento de produtos compatíveis ou equivalentes, desde que comprovadamente atendam às especificações técnicas exigidas e não comprometam o desempenho dos equipamentos.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.6. Na presente contratação não será vedada nenhuma marca/produto desde que atendas as especificações e condições deste termo de referência.

Subcontratação

4.7. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.8. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1.LOCAL/HORÁRIO

5.1.1 Os materiais solicitados, relacionados neste Termo de Referência, deverão ser entregues no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, situado na Travessa Saturno, nº 118, Jardim das Palmeiras, Ariquemes RO, no horário das 07:30 às 12:00 horas e das 14:00 às 16:00 horas de segunda-feira a quinta-feira, e nas sextas-feiras das 07:30 às 12:00 horas, telefone para contato (69) 3516-2145.

5.2 PRAZO E FORMA DE ENTREGA DO OBJETO

5.2.1 O prazo de entrega dos bens não será superior a 30 (trinta) dias corridos, contados após o recebimento da nota de empenho e/ou ordem de fornecimento, de forma parcelada.

5.2.1.1 O prazo de entrega poderá ser prorrogado, por igual período, a critério da Administração, desde que justificado por parte da contratada.

5.2.1.2 A contratante solicitará à contratada na forma do item 1.1 o empenho com valor mínimo de 25% do quantitativo total estimado pela unidade administrativa, apenas quando solicitar o determinado material;

5.2.2 A ciência do ato para contar o prazo de entrega será considerada a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário. Na ausência da confirmação de leitura, será considerada válida a comunicação ao término do prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de seu envio.

5.2.3 O fornecimento/entrega deverá ser efetuado mediante nota de empenho e/ou ordem de fornecimento, referenciado na requisição e nota fiscal.

Validade e Condições de Fornecimento

5.3 Os materiais deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, devidamente acondicionados em embalagem original do fabricante, íntegra e inviolada.

5.4 Os produtos deverão possuir prazo de validade vigente no momento da entrega, sendo aceitos apenas aqueles com, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do prazo de validade total ainda vigente.

5.5 Todos os produtos deverão apresentar, de forma legível, informações quanto à procedência, número do lote, data de fabricação, prazo de validade e registro na ANVISA, quando exigido pela legislação sanitária vigente.

5.6 No ato da entrega, os materiais serão submetidos à conferência pela unidade recebedora, que verificará a conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência.

5.7 Constatadas irregularidades, vícios, defeitos, avarias, divergência de especificações ou produtos em desacordo com o solicitado, a Contratada será formalmente notificada para proceder à substituição no prazo MÁXIMO de 120 (cento e vinte) horas corridas, contados da notificação, sem ônus adicional para a Administração.

5.8 A substituição dos produtos não conformes deverá ocorrer por itens de mesma especificação, marca (quando adjudicada) e qualidade, mantendo-se integralmente as especificações e condições originalmente contratadas, salvo mediante autorização expressa da Administração, devidamente justificada.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.6. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Municipal nº 19.159, de 2022, art. 10).

6.6.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.7. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Municipal nº 19.159, de 2022, art. 8).

6.7.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.7.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.7.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Municipal nº 19.159, de 2022, art. 8, VIII).

6.7.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.8. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.9. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1 São de inteira responsabilidade do almoxarifado recebedor, os procedimentos de recebimento dos materiais, por Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços do Almoxarifado, inserida na estrutura desta Secretaria, a qual goza de autonomia para, dentro das normas e responsabilidades realizar acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação;

7.2 A Comissão de Recebimento, fará a conferência da quantidade e qualidade dos objetos entregues, conforme a Nota de Empenho e/ou ordem de fornecimento considerando as especificações técnicas, e cláusulas discriminadas no Contrato, Termo de Referência e seus apêndices;

7.3. Formas de recebimento:

7.3.1. Recebimento Provisório (art. 140 II, a, da Lei 14.133/21) - de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, como contagem física das embalagens, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.

7.3.2. Recebimento Definitivo (art. 140 II, b, da Lei 14.133/21) - que consiste na verificação da qualidade e quantidade dos bens e de sua aceitação com a certificação na Nota Fiscal, será firmado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 15 (quinze) dias corridos, salvo caso devidamente justificado, liquidando a despesa, comprovando a adequação do objeto nos termos contratuais e consequente aceitação mediante a termo de recebimento definitivo.

7.3.3 Se oportuno poderá ser realizado o Recebimento Definitivo imediatamente após recebimento do objeto, não sendo necessário o recebimento provisório.

7.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil do contratado em face da eventual existência de vícios redibitórios, e nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

7.6 O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato, assim como as especificações técnicas, e cláusulas discriminadas no Termo de Referência e seus apêndices.

7.7 Se, após o recebimento provisório, for constatado que os materiais foram entregues de forma incompleta, com qualidade e quantidade inferior à contratada, apresentando defeitos ou em desacordo com as especificações da aquisição, o contratado se obriga, substituir os bens em desacordo ou entregar os bens remanescentes às suas expensas, após a notificação do contratado. Será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.

7.8 A contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo MÁXIMO de 120 (cento e vinte) horas corridas (Art. 119, lei 14.133/21).

7.9 Só será reconhecida a entrega como realizada se os quantitativos dos itens da nota fiscal forem aceitos. Se algum bem constante da mesma for recusado, a nota ficará esperando regularização e a data de entrega será a data do fechamento do empenho com a entrega de todos os itens conforme solicitado.

7.10 Em todo caso de devolução ou extravio do bem, a empresa contratada será responsável pelos custos com fretes, carretos, seguro e tributos, se ocorrerem.

7.11 A comissão de recebimento da secretaria citada acima, se necessário pode e deve solicitar no ato do recebimento do objeto, ou posterior ao mesmo, um especialista capacitado na área proponente, para atestar a veracidade dos aspectos físicos e da qualidade dos produtos.

7.12 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

Liquidação

7.14 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.15 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.16 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.17 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.18 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.19 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.20 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.21 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.22 O pagamento será efetuado no prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, conforme seção anterior, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, nos termos da Decreto Municipal nº 19.379, de 2022, art. 10, parágrafo único, e seguirá a ordem cronológica em conformidade ao decreto nº 17.210/2021.

7.23 Se durante a liquidação for identificado erro ou falha documental sanável, salvo má-fé, o credor será notificado para no prazo de três dias corridos para sanear o documento, após esse prazo a obrigação do pagamento terá sua exigibilidade suspensa e será excluída da ordem cronológica.

7.24 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP,$$

onde: I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

Forma de pagamento

7.25 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.26 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.27 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.27.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.28 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço POR ITEM, em regime aberto**.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

8.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.10. Documentos de identificação contendo RG e CPF do(s) sócio(s) ou sócio administrador;

8.11. Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF);

8.12. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

8.13. Decreto de Autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.15.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.16.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.17.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.18.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.19.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Municipal ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.20.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.21.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e Municipal ou Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.22.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.23. Certidão Negativa de Falência, de Concordata, de Recuperação Judicial ou Extrajudicial** – (Lei nº 11.101/2005) expedida pelo distribuidor da sede da empresa, EXPEDIDA NOS ÚLTIMOS 90 (Noventa) dias caso não conste o prazo de validade; ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.
- 8.24** No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

Qualificação Técnica

- 8.25.** Licença de Funcionamento expedida pelo Órgão Sanitário Local (Estadual/Municipal) que comprove o licenciamento da empresa para exercer as atividades de comercialização referente ao objeto deste certame; Autorização de Funcionamento (AFE) da empresa proponentes, emitida pelo órgão competente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA;
- 8.26.** Certificado de Registro dos produtos expedidos pelo Ministério da Saúde, podendo ser cópia da publicação no Diário Oficial da União ou cópia autenticada do certificado, conforme Resolução ANVISA - RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001, identificando o número do item Correspondente. Somente para o item quando aplicável.
- 8.29.1 Caso o produto esteja dispensado de Registro, a licitante deverá encaminhar Declaração de Notificação de Dispensa de Registro ou Certificado de Dispensa de Registro, emitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, ou outro documento oficial apto a comprovar a dispensa do registro, ficando a cargo da licitante a comprovação de que o produto não está sujeito ao regime de Vigilância Sanitária.
- 8.27.** Certidão de Regularidade expedida pelo Conselho Regional de Farmácia ou documento equivalente emitido pela autoridade sanitária competente, que comprove o licenciamento da empresa para exercer a atividade de comercialização dos produtos objeto do certame. Caso o prazo de validade do registro esteja vencido, a licitante deverá encaminhar Certificado de Registro ou publicação no Diário Oficial da União (DOU) acompanhado do pedido de revalidação "FP 1" e "FP 2", datado do semestre anterior ao do vencimento, na forma do art.14, §6º, do Decreto Federal nº 79.094/1977;
- 8.28** Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados deverão estar:
- a) Em nome da licitante com o nº do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:
- b) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e;

c) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

8.29 No caso das alíneas anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e vice-versa.

8.30 Caso a licitante pretenda efetuar o fornecimento do objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento, matriz ou filial, conforme o caso, deverá comprovar também que este atende a todas as exigências habilitatórias.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.057.525,69

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.057.525,69 (um milhão, cinquenta e sete mil, quinhentos e vinte e cinco reais e sessenta e nove centavos)**, conforme custos unitários apostos no QUADRO DE MÉDIA DE PREÇOS ID: 3950113.

9.2. A pesquisa de preço atende às metodologias da Instrução Normativa Nº. 001/SML/PMA/2021.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 A dotação orçamentária para a aquisição dos produtos por intermédio do presente Registro de Preços será efetuada à medida que as compras forem solicitadas à Gerência do Sistema de Registro de Preços;

10.2 Servirão de cobertura às contratações oriundas da Ata de Registro de Preços para o exercício de 2025 e o próximo exercício, os recursos orçamentários da unidade orçamentária requisitante. Havendo necessidade, por determinação da Sra. Prefeita Municipal poderão ser utilizados recursos orçamentários de qualquer Secretaria Municipal de Ariquemes;

10.3 Os recursos orçamentários provenientes de outros Municípios; do Estado; Distrito Federal; União e/ou entidades públicas ou privadas nacionais e estrangeiras; de outro país, ou ainda de organismos internacionais, repassados ao Município de Ariquemes a título de convênio, ajustes, doações e outros instrumentos equivalentes, recepcionados por dotações orçamentárias deste Município, podem servir de cobertura às despesas com contratações decorrentes do Sistema de Registro de Preços.

10.4 Se a eventual e futura contratação ocorrer ainda neste exercício, às respectivas despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Município de Ariquemes-RO.

10.5 Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes da aquisição, correrão por conta dos recursos, pela seguinte classificação orçamentária:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes.

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde.

Programação:

10.122.0023.2501 - Gestão das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde;

10.122.0023.2504 - Cumprir Determinações Judiciais;

10.301.0024.2507 - Atenção Primária em Saúde PAP;

10.302.0026.2513 - Atenção de Média e Alta Complex. Amb. e Hospitalar MAC;

10.302.0026.2519 - Serv. de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU;

10.304.0025.2524 - Ações de Vigilância Sanitária;

10.304.0025.2526 - Ações de Vigilância e Promoção em Saúde;

10.304.0025.2527 - Vigilância, Prevenção e Controle das DST/AIDS Hepatites Virais;

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo.

Fonte de Recurso: RP-1.500, FED-1.600, COVID-1.602, EST-1.621

10.6. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Do Faturamento

11. DO FATURAMENTO

11.1 Deverão ser apresentadas no setor de Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, as Notas Fiscais/Faturas deverão ser emitidas em 03 (três) vias, em favor das secretarias abaixo:

11.1.1 Fundo Municipal de Saúde de Ariquemes, CNPJ: 07.582.909/0001-44 - Endereço: Av. Tancredo Neves, 1586. Setor Institucional, CEP: 76.872-854, Ariquemes/RO, Fone (69) 3516-2195 (WhatsApp)

11.2 No corpo da nota deverá conter:

- a descrição do material que deve ser pela Denominação Comum Brasileira DCB (Lei 9.787, de 10.02.99);
- lote e respectiva validade dos materiais;
- o número da cotação, Processo, Empenho;
- número da Conta Bancária da empresa, para depósito do pagamento.
- Caso o recurso for proveniente de emendas federais ou estaduais, citar o número da proposta/convênio/contrato de repasse.

12. Condições de Participação

12. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

12.1 Poderão participar deste certame, todas as empresas do ramo pertinente ao objeto do presente Termo de Referência, devidamente qualificado, mediante comprovação das regularidades fiscais, obedecendo à legislação que rege a matéria;

12.2 Poderão participar empresas que se encontrem em recuperação judicial e/ou extrajudicial.

12.3 Não poderão disputar esta licitação: (Previstos nos Art. 9º e 14º da Lei 14.133/21)

12.3.1 aquele que não atenda às condições deste Termo de referência e seu(s) anexo(s);

12.3.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

12.3.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

12.3.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

12.3.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

12.3.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

12.3.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

12.3.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

12.3.9 pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme o entendimento do Acórdão TCU nº 1316/2010, que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, neste certame, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade

12.3.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

12.3.11 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

12.3.12 **Empresas estrangeiras que não atenderem às exigências de habilitação**, onde tais serão exigidas mediante documentação equivalente, autenticada pelos respectivos consulados e traduzida por tradutor juramentado.

12.3.13 Não será admitida a participação de empresas que possuam nos seus **quadros, funcionários ou servidores do MUNICÍPIO DE ARIQUEMES**, inclusive na condição de sócio ou dirigente.

13. Das Cláusulas Instrumento Contratual

13. DAS CLÁUSULAS INSTRUMENTO CONTRATUAL E OBRIGAÇÕES

13.1 As condições e regras do contrato, assim como as obrigações da contratante e contratada cessão e/ou transferência encontram-se pormenorizada em tópicos específicos da Minuta de Contrato, apêndice deste Termo de Referência.

14. Da Justificativa da Formação do RP

14. DA JUSTIFICATIVA DA FORMAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1 O sistema de registro de preços poderá ser utilizado de forma preferencial em relação ao rito tradicional das contratações de bens e serviços, conforme art. 64 do Decreto municipal 19.359/22, inclusive de obras e serviços de engenharia, observadas as seguintes hipóteses:

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

14.2 O Sistema de Registro de Preços é um procedimento especial que visa à realização de contratações sucessivas de serviços ou aquisições sucessivas de bens, selecionados por meio de um certame licitatório, no qual é elaborado um cadastro de produtos e fornecedores possibilitando que a Administração Pública contrate de acordo com as suas necessidades.

14.3 O Sistema de Registro de Preços apresenta, entre outras vantagens, a diminuição de certames licitatórios e a economia de recursos despendidos para a realização de licitações, transformando-se, por isso, em uma alternativa útil para a gestão de contratações pela Administração Pública.

14.4 O presente registro de preços de serviço, se enquadra na hipótese de 02, considerando que estes objetos ensejam contratações frequentes e pela natureza do objeto, não temos como precisar o consumo mensal com extrema exatidão, por isso se a contratação não se prover via registro de preços, teríamos que reprisá-la várias vezes ao ano, o que demonstra ineficiência na eleição da forma de contratação em afronta ao princípio da eficiência, além do que, dada a instabilidade orçamentária em face da variação na arrecadação das receitas do Município..

15. Da Ata de Registro de Preço

15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 As condições e regras da Ata de Registro de Preços encontram-se pormenorizada em tópicos específicos da Minuta da Ata de Registro de Preços, apêndice deste Termo de Referência.

15.2 Da Ata de Cadastro de Reserva

15.2.1 A Ata de Cadastro de Reserva será oportunizada para os licitantes, com as condições previstas na Minuta da Ata de Registro de Preço e Minuta da Ata de Cadastro de Reserva

15.3 Renovação de Quantitativo

15.3.1 Em conformidade com o art. 1º do Decreto nº 21.515/2024, que altera os artigos 22 e 23 do Decreto nº 20.626/2024, e com o art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, fica autorizada a renovação dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo originalmente licitado e condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos para a prorrogação de sua vigência.

15.3.2 A renovação dos quantitativos registrados poderá ser efetivada mediante o atendimento cumulativo dos seguintes requisitos:

15.3.2.1 Comprovação, pela Administração, de que os preços registrados permanecem vantajosos, em observância aos princípios da economicidade e eficiência;

15.3.2.2 Previsão expressa da possibilidade de renovação nos documentos convocatórios e na fase preparatória do processo licitatório;

15.3.2.3 Justificativa técnica elaborada pela unidade requisitante, demonstrando a efetiva necessidade de manutenção ou incremento dos quantitativos para atender ao interesse público.

15.3.3 A renovação dos quantitativos deverá ser formalizada mediante termo aditivo específico, mantendo-se as condições originalmente pactuadas e respeitando-se os limites e disposições estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021, de modo a assegurar o cumprimento dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

16. Da não Utilização de Lotes Exclusivas

16. DA NÃO UTILIZAÇÃO DE LOTES EXCLUSIVAS E COTAS RESERVADAS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006 - (ART. 48, I E III):

16.1 Muito embora por imposição da Lei Complementar nº 123/2006, por força do art. 48, I e III, o qual prevê que a administração pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente para a participação das ME/EPP/MEI nos itens com valores até R\$ 80.000,00 e, ainda em itens com valores superiores a estes aplicar a divisão de cotas de até 25% para a contratação das ME/EPP/MEI, existem casos em que tal aplicação não se torna viável e nem tão pouco vantajoso para a administração pública.

16.2 Desta forma, a contratação a que se pretende, neste procedimento, trata-se de produtos que por sua natureza são oferecidos diretamente por grandes distribuidores ou até mesmo pelos seus fabricantes, e a aplicação dos benefícios inibirá a participação dessas possíveis proponentes e, por conseguinte diminuirá a concorrência e poderá incidir em contratação menos vantajosa, conforme demonstrado no ETP.

16.3 A não aplicação das regras previstas nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 objetiva a ampliação da competitividade, pois sendo a licitação de ampla participação possibilita a participação de todas as empresas interessadas, independentemente de seu enquadramento, ressaltando-se que não haverá óbice a aplicação das demais regras de tratamento diferenciado e favorecido previstas Lei Complementar nº 123/2006 relativas as contratações públicas.

16.4 Pelo histórico das nossas licitações, pode-se verificar que os lotes exclusivos destinados as ME/EPP/MEI (itens inferiores a R\$ 80.000,00) e os com reserva de cotas (25%), costumemente não recebem propostas e são considerados desertos, causando atrasos nas aquisições, prejuízos à administração e demoras no atendimento a população.

16.5 É salutar registrar também, que quando se obtém êxito na aquisição dos referidos itens esta Pasta vem comprando produtos com valores diferentes, quando aplicado o inciso III do Art. 48 da Lei em comento, pois as MPEs não conseguem negociar seus valores em relação aos valores das cotas principais, ofertados por Indústrias e grandes Distribuidoras. Este fato obriga esta administração a contratar um mesmo produto, com valores significativamente diferentes, ferindo o princípio da economicidade e da proposta mais vantajosa.

16.6 Portanto, visando a ampliação da concorrência e ao princípio da eficiência recomendo que a licitação seja realizada através da modalidade Pregão na sua forma Eletrônica com participação aberta e aplicando-se os demais tratamentos diferenciado e simplificado previstos na Lei nº 123 /2006.

16.7 Para melhor respaldar nossa escolha invocamos o previsto no art. 49, III da referida Lei Complementar, vejamos:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

[...]

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

ou

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

17. Apêndices

17. APÊNDICES

I - Quadro de distribuição (id 3892058);

II - Estudo Técnico Preliminar (id 3963596);

III - Matriz de Gerenciamento de Riscos (id 3963599);

IV - Minuta de Termo de Contrato (id 3963609);

V - Minuta da Ata de Registro de Preços (id 3963612);

VI - Minuta de Ata de Cadastro Reserva (id 3963613).

18. Informações Gerais

18 INFORMAÇÕES GERAIS

18.1 Mais informações poderão ser adquiridas pelos telefones (0xx69) 3516-2195 (WhatsApp) ou na sala da Secretaria Municipal de Saúde, situada no Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, térreo, na Avenida Tancredo Neves, Nº. 2.166, Setor Institucional, Ariquemes-RO, de segunda à sexta-feira das 07h30min às 13h30min.

18.2 O presente Termo de Referência foi elaborado por **Scarlett I. Ayres Moura**, cargo Agente Administrativo NIII matrícula 8540-5, Revisado por **Katherine L. Ayres Moura**, cargo Diretora de Processo de Compras da Saúde decreto nº 22.937/2025 e aprovado por **Gabriel Santos Dalla Costa**, Secretário Municipal de Saúde Interino decreto nº. 23.654/2026.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Elaborado por:

SCARLETT IANARA AYRES MOURA

Agente Administrativo



Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 14:46:44.

Despacho: Revisado por:

KATHERINE LESLIE AYRES MOURA

Diretora de Processo de Compras da Saúde

Despacho: Na Forma do que dispõe o Artigo 9º Parágrafo único da Instrução Normativa CGM nº 016/22, aprovo o presente Termo de Referência:

GABRIEL SANTOS DALLA COSTA

Secretário Municipal de Saúde Interino





Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16
Av. Tancredo Neves
www.ariquemes.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Termo de Referência	195/2026	30/04/2026

ID: 3963607	Processo	Documento
CRC: 0FECA298		
Processo: 1-10246/2026		
Usuário: SCARLETT IANARA AYRES MOURA		
Criação: 30/04/2026 17:14:42	Finalização: 04/05/2026 13:48:00	

MD5: F026B8A9833438F9B7ECE977358557D1
SHA256: 34A8B85D7E6AF7D7BC5C17A8E5EACB6D4471526874D0CC9586ED50DF9ADBAF72

Súmula/Objeto:

Termo de Referência Nº 195/2026

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU	ARIQUEMES	RO	30/04/2026 17:14:42
----------------------------------------	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇOS (791)	30/04/2026 17:14:42
--------------------------	---------------------


CIENTES

JULIA OLIVEIRA FERREIRA ZANATTA	04/05/2026 15:31:23
---------------------------------	---------------------


ANEXOS

Anexo QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO	01/04/2026	3892058
Estudo Técnico Preliminar - ETP 172/2026	30/04/2026	3963596
Matriz de Gerenciamento de Riscos 145/2026	30/04/2026	3963599
Minuta de Contrato 41	30/04/2026	3963609
Minuta da Ata de Registro de Preço 21	30/04/2026	3963612
Minuta da Ata de Cadastro Reserva 20	30/04/2026	3963613


ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 SCARLETT IANARA AYRES MOURA	AGENTE ADMINISTRATIVO	04/05/2026 13:48:05
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 GABRIEL SANTOS DALLA COSTA	Secretário Municipal de Saúde	04/05/2026 20:12:44
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 KATHERINE LESLIE AYRES MOURA	Diretora de Processo de Compras da Saúde	05/05/2026 07:47:11
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ariquemes.ro.gov.br informando o ID 3963607 e o CRC 0FECA298.